

A instabilidade política na Primeira República de Portugal

Political instability in the First Republic in Portugal and Brazil

*Humberto Schubert Coelho (Núcleo de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos -da UFJF –
Juiz de Fora - MG)*

humbertoschubert@yahoo.com.br

Orientador: Prof. Dr. Luís Henrique Dreher (UFJF)

Resumo: Este curto ensaio sobre a instabilidade política da formação republicana em Portugal é um exemplo marcante da paridade e simbiose dos processos brasileiro e português. Por este apresenta-se em linhas fortes o problema do autoritarismo escatologicamente justificado, independente da filiação ideológica, destacando-se também a ampla difusão de uma noção positivista de destinação para a civilidade, a defesa histórica e biológica da concepção de povo e a utopia do esclarecimento geral.

Palavras-chave: República; Positivismo; Representação; Braga; Ecletismo.

Abstract: This short essay on Portugal's political instability in the early Republic is an example of parallelism between Brazilian and Portuguese political processes. Throughout this paper we intend to present the authoritarian problem, in its scatological groundings, as it is shown in many fashions. We also tried to notice the spread influence of positivism in its more humanistic approach, leading to an understanding of national destination, both historically and biologically considered, and the utopia of general enlighten.

Keywords: Republic; Positivism; Representation; Braga; Eclectics.

1. Considerações iniciais

Começamos a tratar do tema da instabilidade política da primeira república portuguesa com algumas certezas históricas prévias, entre as quais se destaca a de que todas as repúblicas nascentes, como exercícios súbitos de liberdade e poder por parte de grupos que nem sempre tinham boa consciência de seus interesses, dispuseram-se a toda a sorte de perturbações.

Comparativamente tardia em Portugal, bem como no Brasil que genericamente lhe constituía uma emulação e um elemento catalisador natural, a república teve, no entanto, de haver-se com diversas dificuldades típicas a uma sociedade marcada pelo quase medievalismo de sua organização social. Ausente de uma presença mais expressiva das classes médias e dos proprietários, que nas nações mais civilizadas e industrializadas exerceram o papel de contrapeso às instabilidades, e tomada naturalmente pelo sentimento

de antimonarquismo comum à fase de transição, Portugal, bem como o Brasil, mergulhou nas experiências autoritárias.

Portugal materializou o estereótipo da ascensão das massas ao poder, da formação de uma ideologia positivista, socialista e democratista em substituição às ideologias não mais radicais e extremistas do poder hereditário, da associação com a Igreja, etc.

Historicamente as origens do sentimento republicano emergente em Portugal seguem a fórmula universal da decadência do sistema monárquico vigente, enfraquecido por toda a sorte de pressões internas e externas, dimensionadas pelos fracassos tanto do sistema em modernizar-se quanto o provocado pela emancipação das colônias, no caso específico de Portugal a independência do Brasil e a tomada de diversas de suas áreas administrativas por parte da Inglaterra. No contexto da segunda metade do século XIX, a emergência das potências industriais européias e a submissão do mercado português à indústria britânica desferiram sucessivos golpes aos cofres públicos. Não só a monarquia ostentava uma imagem decadente e falida como a própria pretensão portuguesa ao status de grande nação se dissolvia rapidamente entre os anos 20 e 80 do século XIX. Ao final deste período o movimento anarquista que tomava a Europa chega a Portugal. Tal acontecimento acarreta numa medida autoritária da lei de 1896 contra todo e qualquer movimento organizado sob a bandeira do anarquismo, asfixiando rapidamente os germens do movimento sindical, inspirado no anarco-sindicalismo, e servindo para prolongar por mais alguns anos o estado de dicotomia social, ausente de representação nas classes plebéias.

Importantes, neste período, foram o estabelecimento definitivo da constituição em 1826 e os debates que sucederam ou seguiram a este, dividindo, em muitas configurações de extremismos e mediações, liberais, socialistas e monarquistas, sendo relevantes para todos as discussões acerca dos direitos civis e dos direitos políticos, da democracia e do liberalismo, do federalismo e do nacionalismo, da monarquia e da república, entre outros embates de princípios. A constituição mesma é uma conquista liberal, ainda que limitada e tardia, que está em relação direta com o surto de independência nas Américas e a organização das repúblicas, também na Europa.

Esta época foi das mais ricas para a literatura política portuguesa, pois a demanda por definições exigia erudição, objetividade e profunda consciência das implicações lógicas, econômicas, morais e culturais dos rumos que se adotavam para o futuro da pátria.

2. Dificuldades da proposta representativa e o papel de Teófilo Braga

A partir de 1881 o partido republicano emplacou diversas candidaturas, algumas delas resultantes em vitória já neste ano, sobretudo nas eleições municipais. Teófilo Braga, figura carismática que viria a ser o maior líder do partido, no entanto, embora várias vezes membro do diretório do partido, só chegou a ser eleito como deputado em 1888.¹ Sinal de que os direitos de voto só lentamente se afirmavam como consciência democrática em oposição à subserviência monárquica.

A pressão pela democratização aumenta até culminar na proclamação da república em 1910, o que só é possível com a esmagadora vitória eleitoral dos republicanos em 1908.

Novamente a exemplo do caso brasileiro, onde a monarquia também admitia o partido republicano e a república posteriormente eliminaria as lideranças políticas do antigo regime, Portugal também negou aos monarquistas o direito a qualquer representação na nova ordem “democrática”. A postura jacobina de eliminar a representatividade da classe proprietária, agravava ainda mais o problema típico das democracias nascentes, de cortar o vínculo representativo dos grupos de interesse que sustentam a economia nacional com o poder.

Produzindo inimigos acirrados tanto entre anarquistas quanto entre os monarquistas, a república autoritária criava condições para atentados e insurreições que abalaram qualquer projeto duradouro e a estabilidade política de Portugal, pelo menos entre 1912 e 1919. Tais fatores, entretanto, foram meramente catalisadores de uma guerra interna entre os republicanos, principalmente relacionada ao embate entre militares e burgueses.

Naturalmente, mesmo em se considerando a influência do dinheiro na política, o braço armado tende a suplantar qualquer competição nas disputas desta natureza, tomando rapidamente para si funções absolutistas, de modo que na década de vinte a presença militar aumentou até a oficialização da ditadura e a formação do Estado Novo de Salazar.

¹ MESQUITA, Antônio Pedro. *O pensamento político português no século XIX*. 2006 Pg. 430-431.

Revista *Estudos Filosóficos* nº 3 /2009 – versão eletrônica – ISSN 2177-2967

<http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos>

DFIME – UFSJ - São João del-Rei-MG

Pág. 119 – 128

Formalmente, O Estado Novo português que se estendeu até 1974, era um regime parlamentar de partido único, onde António de Oliveira Salazar (1889- 1970) concentrava funções de presidente e de presidente dos ministros (Câmara de deputados). A diferença talvez preponderante que diferenciou esta experiência da brasileira é o fato de que em Portugal o positivismo dominante apresentava ainda uma veia humanística profunda e as doutrinas políticas se associaram logo de saída à uma comunidade intelectual que faz o contraste com a ausência quase completa de uma orientação intelectual, que caracteriza o quadro brasileiro, salvo no caso do positivismo ilustrado.

Por outro lado, Portugal sempre apresentou tendências tradicionalistas muito mais destacadas do que as do Brasil, sobretudo por que lá a monarquia não foi, inicialmente, uma representação do domínio estrangeiro e um elemento a ser superado, mas um estado de coisas mais do que político, cultural. A força desta visão tradicionalista, que sempre pairou a época da Primeira República, somada ao fato de que a alternativa consistia num projeto de Estado e sociedade positivistas, impediu quase que completamente a ascensão das idéias liberais, quais sejam o interesse e a razão individuais, apresentando no lugar destes uma concepção de interesse e razão geral.

O ecletismo político português sempre tendeu, mesmo quando inconscientemente, a uma conciliação entre liberalismo e socialismo, positivismo e teologia, República e Monarquia, produzindo sem dificuldade figuras políticas e intelectuais que consignavam algum grau de autoritarismo com o respeito a algumas liberdades individuais, quase sempre conciliando também uma escatologia qualquer (religiosa, positivista, darwinista, marxista) com a concessão de que a legitimidade do governo reside no povo.

Assim é, por exemplo, Henriques Nogueira, que defendia uma idéia bastante rousseauiana de liberalismo:

O direito pelo qual o homem se apropria e dispõe livremente do produto do seu trabalho é uma instituição eminentemente civilizadora... para logo em seguida expressar sua adesão ao socialismo utópico, enaltecendo 'O ideal da colaboração entre as classes, naturalmente com abolição de todos os privilégios e na dependência do primado das atividades laboriosas e produtivas, em direção à eliminação do

proletariado e o atingimento da suficiência ou mesmo da abundância.²

Não que Nogueira se empolgasse, parece não ser o caso, pela idéia de espoliação da classe abastada, mas acreditava firmemente em alguma espécie de regulação do Estado para anular quaisquer privilégios injustos, o que é uma reivindicação liberal, bem como minorar as condições de abuso a que o próprio capitalismo dá margem na relação trabalhista, esta também uma reivindicação que, ao menos em parte, pode-se contar entre as dos socialistas.

De uma índole similar é Teófilo Braga, menos socialista, mas não menos adepto da direção estatal da economia e da eliminação da representatividade de classes “abjetas”.

Sobre ele escreveu Ramalho Ortigão: “Simples, sóbrio, duro, com hábitos de uma austeridade de espartano, sabendo reduzir as suas necessidades a toda a restrição a que lhe reduzam os seus meios, vivendo no seu isolamento como Robinson na sua ilha, Teófilo Braga tem uma única paixão, a paixão prosélita da ciência...”³

A filosofia de Teófilo Braga baseava-se no ideal jacobino da soberania nacional sobre qualquer outro princípio, aliando isto a um evolucionismo positivista e uma crítica acirrada do socialismo. Por isso todo o monarquismo é necessariamente uma invasão que, por vias matrimoniais, pode empossar completos alienígenas no governo da nação. Alegando, por exemplo:

Felizmente, o critério científico aplicado aos problemas políticos revela-nos que todas as dificuldades se pode resolver de um modo racional e desapassionado; pondere-se a indignidade de uma instituição que se baseia no acto humilhante de um povo ser herdade como logradouro de uma família; pondere-se na ficção desgraçada de a monarquia derivar a sua autoridade da graça de Deus; veja-se como o primeiro agente da lei se coloca acima dela como inviolável e sagrado e como é o primeiro a atropelá-la arbitrariamente pelo pretendido poder moderador... Como um povo, que tem direito à existência livre a ao progresso, compete-nos exercer esse direito de um modo consciente; há cinquenta e quatro anos (1826-1880) que a monarquia se exime à revisão do pacto constitucional em que firma a sua soberania; é tempo

² MESQUITA, Antônio Pedro. *O pensamento político português no século XIX*. 2006. Pg. 419.

³ MESQUITA Antônio Pedro. *O pensamento político português no século XIX*. 2006 Pg. 432.

de revisarmos esse título, de lho sacarmos e de nos reorganizarmos por uma Constituinte.⁴

Não está ele tão errado quanto à idéia, mas pelo tom do discurso se revela uma índole no mínimo perigosa quanto à certeza dogmática de sua autoridade científica. Enquanto o positivismo brasileiro, na versão castilhistas, reduzia tudo a um simplismo típico da condição de uma pátria sem vida intelectual, Braga lançou em Portugal uma leitura refinadamente humanista. Interessava-lhe, mais que o avanço econômico e uma vaga alusão à civilidade, investigar o estado moral da nação portuguesa e de sua missão histórica, com base na análise da evolução da cultura portuguesa em sua literatura e instituições.

Considerou ele a obra de Comte como um catolicismo sem cristianismo, e que precisa ser superado em nome da ciência. Seguindo a agenda positivista mais recente, concluiu que a própria marcha do conhecimento desautoriza os aspectos doutrinários da sociologia de Comte, e propõe que seja substituída por uma visão biológica apropriada à mentalidade científica da época.

Em clima psíquico semelhante ao de Herbert Spencer, que também o influenciou, afirma quanto a constituição da sociedade por dois elementos:

Um em que predomina o indivíduo com suas qualidades, outro em que predomina a espécie; tais são os dois termos correlativos e inseparáveis de População e Raça. Pode-se dizer que as criações em que prevalece o elemento individual se transformam e recebem um maior poder perpetuando-se na espécie; assim, nenhum conhecimento dos elementos sociais pode ser procurado fora da população, porém nenhuma civilização histórica pode ser compreendida nem explicada sem o estudo étnico da raça. A tudo que provém da população, mesmo sem mistura em outros povos, podemos caracterizar como condições estáticas da ordem da sociedade; estas criações, aumentando o poder com a diversidade de aptidões na raça, encerram todas as condições do progresso.⁵

Tal concepção deita bases na superação, mesmo que tardia, do estado feudal em Portugal. Com a formação do proletariado por volta de fins do XIX surge uma classe que

⁴ MESQUITA Antônio Pedro. *O pensamento político português no século XIX*. 2006 Pg. 438.

⁵ BRAGA, Teófilo. *Traços gerais da filosofia positivista*. 1877.

Revista *Estudos Filosóficos* nº 3 /2009 – versão eletrônica – ISSN 2177-2967

<http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos>

DFIME – UFSJ - São João del-Rei-MG

Pág. 119 – 128

não pode mais ser absorvida e manobrada culturalmente pela igreja e pela nobreza, que não reconhece, portanto, qualquer unidade política com base nestes elementos que lhe são estranhos e autoritários, e evoca a si mesma como força viva da sociedade, identificando-se pela identidade nacional e étnica. De todos os modos uma nova ordem de valores toma corpo para justificar e posicionar esta classe no mundo. Estes valores são, enfim, os valores liberais esposados como ferramentas, e não como fins políticos.

Também merecem destaque Francisco José Teixeira Bastos, o maior discípulo de Teófilo Braga, que foi um significativo defensor do federalismo e do republicanismo, conquanto tivesse uma orientação mais socialista; e Basílio Teles, um intelectual profundamente desesperançado da capacidade da nação e do povo português de se estruturarem para o progresso. Segundo este último, as tendências místicas e o “vago naturalismo” portugueses fazem deles, na melhor hipótese, bons poetas, mas nunca seres eficientes e objetivos. A uma tal espécie restam as tarefas menores de assimilar e redistribuir as ondas civilizadoras das grandes nações para os povos atrasados, e não se há de sonhar com a ascensão do povo português ao rol dos povos pioneiros, seja intelectualmente, seja política ou economicamente.

Longe de englobar com isso todo o movimento republicano, a exposição destes pensadores e suas doutrinas, reafirma o ecletismo de base que agregava as diversas correntes filosóficas conforme os interesses específicos do caso português. É difícil extrair exemplos de purismo doutrinário que não sejam insignificantes, de modo que uma visão retrospectiva profunda seria necessária para levantar os elementos históricos e antropológicos que constituem o espírito de povo, antes de arriscar-se uma definição desta peculiaridade. Mas do que se pode deduzir imediatamente, a compreensão da representatividade republicana como sendo de interesses acabou não vigorando, já que as noções predeterminadas de um modelo social já estavam desde sempre firmadas. Assim, os partidos portugueses com suas muitas variáveis ideológicas, coincidiam no fato de que todos possuíam uma orientação teológica, conservadora, ou *científica* que lhes determinasse o estado ideal da sociedade.⁶ Isto, não obstante a presença marcante de Silvestre Pinheiro Ferreira na elaboração da concepção mais ilustrada da teoria da representação.

⁶ PAIM, Antônio. *O Liberalismo Contemporâneo*. 2007. Pg. 158.

De qualquer maneira, tanto no caso português, descrito aqui, como no brasileiro, estabeleceu-se uma espécie de governo cuja doutrina científica podia prescindir da representação completa e das instituições do governo representativo. Daí a falta de fé de Teófilo Braga, que chegou ele mesmo a dirigir a República como seu presidente, nos sistemas de poder, que considerava uma questão totalmente secundária em sociologia.

3. Considerações finais

A filosofia política liberal, em franca oposição à idéia de uma *verdade política fundamental*, não pode consorciar-se seriamente com as propostas que tomam a política como ciência. Ou, mais exatamente:

Aqueles que escrevem sobre uma doutrina (teoria política), não devem ser vistos como especialistas num assunto específico, como pode ser o caso nas ciências. A filosofia política não possui nenhum acesso a verdades fundamentais, ou idéias razoáveis, acerca da justiça e do bem comum, ou de outras noções básicas. O seu mérito, considerando-se que tenha algum, é o de elaborar pelo estudo e reflexão algumas concepções sobre as idéias políticas básicas, que possam ser mais profundas e instrutivas, e que nos ajude a clarificar nossos julgamentos sobre as instituições e princípios do regime democrático.⁷

A proposta liberal era, por isto, tão difícil de se implantar em Portugal quanto na França ou Alemanha, com a diferença de que estas nações conseguiram, de uma maneira ou de outra, desenvolver uma máquina econômica suficientemente grande para produzir novas e representativas classes médias e burguesas, aumentando com isto a dinâmica e a diversidade da sociedade. O espírito continental só muito dificilmente abriria mão de sua concepção centralizadora do Estado, e somente alguns poucos teóricos como Benjamin Constant superariam este ranço, para acolher e interpretar sinceramente as propostas inglesas e americanas.

⁷ RAWLS, John. *Lectures on the History of Political Philosophy*. 2007. Pg. 1.

Mais uma vez o caso de Teófilo Braga é o exemplo primordial, porque tendo reunido as qualidades intelectuais, morais e a oportunidade de exercer o poder, mantinha-se desiludido quanto à própria responsabilidade e capacidade de alterar o curso histórico da nação. Faltou talvez a Portugal a noção sadia de heroísmo e individualismo, como poder de autodestinação e auto-responsabilização do indivíduo.

Ao mesmo tempo em que se firma a crença na necessidade e preexistência de modelos sociais corretos, não se executa, na Primeira República, um projeto positivo de reforma social, permanecendo-se tão somente na estruturação de uma burocracia idealizada. Com isso não se estabelecem, a princípio, nem a ditadura declarada, nem o governo representativo.

Como a Primeira República reunia os predicados raros de um romantismo utópico e de uma sociologia científicista, sem que isto se manifestasse como programa socialista, houve uma dificuldade de assimilar as idéias liberais que, em grande parte, não partem de idealizações da natureza humana, como pensam muitos de seus críticos, mas na frieza e, porque não dizer, pessimismo quanto aos interesses individuais, manifestos invariavelmente por políticos, burocratas e pela população em suas várias esferas. Esta ingenuidade transparece no pessimismo romantizado de Basílio Teles, por exemplo, que lamenta a falta de vocação moral e intelectual da nação portuguesa, que não lhe parece espiritualmente preparada para a obra civilizadora. O liberalismo, ao contrário, reúne um otimismo restrito a um pessimismo generalizado, isto porque se espera, sim, pela intervenção dos heróis da pátria, na formulação das condições necessárias ao estabelecimento das instituições e a presença do gênio é exigida nos avanços pioneiros do intelecto. Entretanto, a este restrito otimismo, une-se uma desesperança tão genérica na criatura humana, que a simples idéia de ampliar seus poderes, avolumar os contingentes de servidores públicos e privá-los de qualquer tipo de limitação é a fórmula certa do abuso da autoridade e do massacre as classes minoritárias. (Constant, Buchanan).

A noção coletivista que paira sobre os republicanos do início de século impede-os de assimilar o individualismo metodológico (não moral) essencial à aplicação do liberalismo. Este não é um problema político, mas estritamente filosófico, que inclui a compreensão de que a ação pode ser influenciada, mas nunca empreendida por outros,

senão exclusivamente por indivíduos. Destarte, a ação deriva do indivíduo, e nunca de um “agente social” abstrato.

Um cenário de insatisfação, fácil de se obter neste planeta, somado à inexperiência política, rapidamente conduziu as primeiras democracias em Portugal e no Brasil, ao democratismo. Ao contrário dos liberais, que pregaram sempre a transformação da vida individual pelo próprio trabalho e iniciativa, no marco institucional do governo representativo o democratismo viu na possibilidade de manipulação de massa uma oportunidade para chegar ao poder, através da pregação moralista e redentorista de uma salvação em larga escala, uma panacéia para todas as enfermidades sociais.

Referências:

BRAGA, Teófilo. *Traços Gerais da Filosofia Positiva Comprovados pelas Descobertas Científicas Modernas*. Lisboa: Nova Livraria Internacional, 1877.

MESQUITA, Antônio Pedro. *O pensamento político português no século XIX*. Lisboa: Casa da Moeda, 2006.

PAIM, Antônio. *O Liberalismo Contemporâneo*. Londrina: Humanidades, 2007.

RAWLS, John. *Lectures on the History of Political Philosophy*. Cambridge: Harvard Cambridge Press, 2007.

Data de registro: 25 de março de 2009

Data de aceite: 29 de maio de 2009